

SUMÁRIO

<i>Prefácio I</i>	13
<i>Prefácio II</i>	19
<i>1. Introdução</i>	23
<i>2. O Sistema Único de Saúde</i>	29
2.1 Antecedentes da criação do Sistema Único de Saúde – SUS	31
2.2 O Sistema Único de Saúde preconizado pela Constituição de 1988 e sua conformação legal	38
2.3 Princípios e diretrizes do SUS	40
2.3.1 Universalidade	42
2.3.2 Igualdade	43
2.3.3 Integralidade	46
2.3.4 Descentralização, regionalização e hierarquização das ações	50
2.3.5 Gestão compartilhada e participação social	55
2.3.6 Outros princípios	55
<i>3. Panorama da judicialização da saúde pública no Judiciário Federal</i>	59
3.1 Evolução do quantitativo nacional de ajuizamento de novas demandas	63
3.2 Evolução do quantitativo de ajuizamentos segundo o rito processual	66
3.3 Patrocínio das demandas – MPF, DPU e Advogados privados	69
3.4 Medicamentos mais pleiteados	69
<i>4. Racionalidade das decisões e judicialização da saúde</i>	73
4.1 A medicina baseada em evidências (MBE)	76
4.2 (In)questionabilidade do laudo médico	79
4.3 A perícia judicial e o assessoramento adequado do julgador	85
4.4 Incorporação de tecnologias no âmbito do SUS	96
4.5 O papel dos Protocolos Clínicos do SUS	104
4.6 Medicamentos e tratamentos oncológicos	110

5. A responsabilidade dos entes federativos no cumprimento de decisões judiciais: legitimidade, solidariedade e subsidiariedade.....	121
5.1 Contextualização da questão.....	123
5.1.1 A solidariedade e as dificuldades que o entendimento jurisprudencial majoritário acarretam.....	126
5.1.2 A constitucionalização do direito civil e a necessidade de interpretar eventual solidariedade em consonância com o arcabouço constitucional vigente.....	129
5.2 O sistema constitucional de repartição federativa da prestação de saúde pública.....	132
5.2.1 Modelos de repartição de competências federativas e a opção brasileira de 1988.....	132
5.2.2 A competência comum para a prestação do serviço de saúde não implica na solidariedade irrestrita para a sua execução concreta.....	134
5.2.3 A subsidiariedade como critério de divisão de atribuições na prestação da saúde.....	138
5.2.4 Panorama atual das políticas de prestação da saúde pública do SUS.....	141
5.2.4.1 Atenção básica, média e alta complexidade.....	142
5.2.4.2 Política de assistência farmacêutica.....	144
5.3 Pela construção de um modelo judicial constitucionalizado, com respeito às normas sistêmicas do SUS.....	147
5.3.1 O direcionamento da obrigação ao ente federativo pertinente – eficiência e atenção ao melhor interesse do paciente.....	147
5.3.2 A repartição do ônus financeiro da prestação objeto de condenação judicial.....	152
6. Principais questões tratadas no âmbito judicial.....	157
6.1 Necessidade de receita detalhada. Adoção da Denominação Comum Brasileira. Potencial ofensa ao art. 3º da Lei nº 9.787/99.....	159
6.2 Demanda contra o Poder Público e tratamento fora do SUS.....	164
6.3 A ausência de registro ou autorização pela ANVISA... ..	170
6.4 A hipossuficiência da parte autora como requisito para a concessão judicial de prestações de saúde contra o Poder Público.....	184

6.4.1 Parte autora com plano de saúde em demanda contra o Poder Público	201
6.5 Bloqueio de verbas públicas	205
6.6 Formas de cumprimento de decisões judiciais e contracautelas.....	211
7. Outras questões suscitadas no âmbito judicial	221
7.1 Cobrança posterior por tratamento realizado de forma privada	223
7.2 Ressarcimento por parte das operadoras de plano de saúde ao SUS	230
7.3 Irregularidades comuns em processos judiciais contra o Poder Público.....	240
7.4 Responsabilidade dos laboratórios	246
7.4.1 Questões processuais envolvendo a responsabilização da indústria farmacêutica	260
7.5 Penalização de advogados públicos.....	264
7.6 Legitimidade do Ministério Público e ação coletiva com efeitos erga omnes.....	270
7.7 Adiantamento de honorários periciais em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público	275
8. Referências	277
Anexo I: Compilação sumária de subsídios do SUS sobre as prestações mais pleiteadas	285
1. Medicamentos Oncológicos	288
1.1 Rituximabe (Mabthera®) para o tratamento de linfoma não-Hodgkin	288
1.2 Trastuzumabe (Herceptin®) para o tratamento de câncer de mama inicial, metastático ou recidivado	292
1.3 Temozolamida (Temodal®) para tratamento de câncer cerebral.....	293
1.4 Sunitinibe (Sutent®) para o tratamento de câncer de rim.....	299
1.5 Bortezomibe (Velcade®) para o tratamento de mieloma múltiplo	302

1.6 Sorafenibe (Nexavar®) para o tratamento de câncer de fígado.....	305
1.7 Cetuximabe (Erbix®) no tratamento de câncer colorretal e de cabeça e pescoço.....	311
1.8 Erlotinibe (Tarceva®) para o tratamento paliativo de câncer de pulmão.....	318
1.9 Fosfoetanolamina sintética para tratamento de câncer em geral.....	322
2. Medicamentos e tratamentos não oncológicos	326
2.1 Ambrisentana (Volibris®) e Bosentana (Tracleer®) para o tratamento de Hipertensão Arterial Pulmonar.....	326
2.2 Brometo de Tiotrópio (Spiriva Respimat®) para Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC)	327
2.3 Ranibizumabe (Lucentis®) para Degeneração Macular Relacionada à Idade (DMRI)	330
2.4 Simeprevir (Olysio®), Sofosbuvir (Sovaldi®) e Daclastavir (Daklinza®) para o tratamento da hepatite C.....	335
2.5 Fingolimode (Gilenya®) para o tratamento da esclerose múltipla.....	336
2.6 Oxigenoterapia hiperbárica para tratamento de lesões.....	341
2.7 Stent Farmacológico para o tratamento da doença arterial coronariana (DAC)	343
2.8 Órteses, próteses e materiais especiais (OPMEs) ..	345
<i>Anexo II: Quesitos importantes na realização de perícias médicas.....</i>	353
<i>Anexo III: Links úteis para consultas na Internet sobre saúde e judicialização.....</i>	359